



**DOSSIÊ TEMÁTICO DO  
XI CONGRESSO INTERNACIONAL  
ARTEFATOS DA CULTURA NEGRA**



revista **África e Africanidades**

Revista África e Africanidades  
Ano XIV ed. 38, Maio de 2021  
ISSN: 1983-2354 - Quissamã - RJ

## INVESTIGAÇÃO SOBRE POSSÍVEIS REGISTROS ADINKRAS NA ARQUITETURA BRASILEIRA

**Francisca Andréa Brito Furtado**

Mestre em Filosofia (UFC), docente do Centro Universitário de Juazeiro do Norte - UNIJUAZEIRO.

E-mail: [andreafurtadoufc@gmail.com](mailto:andreafurtadoufc@gmail.com)

**Fernanda Rocha de Oliveira**

Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural (IPHAN).

E-mail: [fernanda-arq@hotmail.com](mailto:fernanda-arq@hotmail.com)

47

**Resumo:** O campo do patrimônio é espaço de disputa de narrativas. Historicamente a narrativa dos colonizadores europeus teve destaque no que tange aos elementos que seriam relevantes enquanto constituintes da nossa identidade cultural, fossem eles materiais ou imateriais. Nosso estudo objetiva ampliar o debate sobre necessárias visibilidades em relação às contribuições dos povos africanos no Brasil. Apresenta, como recorte de investigação e provocação, a busca por evidências da incidência de símbolos africanos, denominados adinkras, em partes componentes de construções brasileiras, a saber, elementos vazados, pisos, esquadrias, portões e grades de ferro. Tal simbologia, atribuída aos povos akan, traduziria mensagens deixadas pelos negros escravizados em nosso território, pois carregam consigo saberes antigos, filosofia e ensinamentos preciosos para o povo akan. Portanto, seu registro na cultura afro-brasileira fortaleceria, potencialmente, nossos laços com a nossa ancestralidade. No intuito de alcançarmos nossos objetivos, apresentamos a metodologia adotada de acordo com a estrutura do trabalho. Recorremos à pesquisa bibliográfica para amparar debates diversos: apagamentos oriundos da colonialidade; quais “Áfricas” aqui existem e merecem ser (re)conhecidas; histórico e perspectivas do campo do patrimônio frente ao legado afro-brasileiro; resgates históricos sobre os ideogramas adinkras e sua relação com os ofícios exercidos por negros escravizados no Brasil. Para investigar pistas adinkras em construções brasileiras, fizemos: pesquisa em *sites* para demonstrar a incidência desses símbolos em edifícios africanos; pesquisa bibliográfica para sintetizar estudos brasileiros que pesquisam essa temática; análise de literatura contendo desenhos de esquadrias e gradis antigos – pertencentes a diferentes cidades brasileiras – e proposta de associação entre alguns desenhos analisados e os símbolos adinkras. Ao final, são novamente mobilizados referenciais teóricos que buscam consubstanciar a análise proposta.

**Palavras-chave:** Adinkra, Arquitetura brasileira, Patrimônio, Cultura afro-brasileira.

### **INVESTIGATION ABOUT ADINKRAS POSSIBLE RECORDS IN THE BRAZILIAN ARCHITECTURE**

**Abstract:** The Patrimony field is space for narrative disputes. Historically the narrative of european settlers was highlighted to what regards the elements that would be relevant as constituent of our cultural identity, were them material or immaterial. Our study objectifies to expand the debate about appropriate visibility in relation to contributions to the African people in Brazil. It presents, as a research paper and provoking, the search for evidence from the incidence of African symbols, named adinkras, in parts components of brazilian constructions, in other words, leaked elements, floors, frames, gates, iron bars. Such symbology attributed to the akan people would translate messages left by the enslaved blacks in our territory, therefore they carry with them ancient knowledge, philosophy and valuable lessons to the akan people. Thereby, its registration in Afro-Brazilian culture would strengthen, potentially, our bonds with our ancestry. In an attempt to achieve our goals, we present the methodology adopted according to the structure of the paper. We turn to bibliographic research to support several debates: deletions derived from coloniality; which ones “Africa” exist here and deserve to be recognized, kown; historical and field perspectives of the patrimony compared to the afro-brazilian legacy; historical rescues about adinkras ideograms and its relation with the offices exercised by enslaved blacks

in Brazil. For investigating adinkras clues in brazilian constructions, we did: researches in websites to demonstrate the incidence of these symbols in African buildings; bibliographic research to synthesize brazilian studies that search this subject; literature review containing drawings of frames and old fences - owned to different brazilian cities - and proposal for association among some drawings reviewed and the adinkras symbols. By the end, once again are mobilized theoretical references that seek to substantiate the examination proposed.

**Keywords:** Adinkra, Brazilian Architecture, Patrimony, Afro-brazilian Culture.

**Revisto anonimamente no processo de pares cegos.**

***Reviewed anonymously in the process of blind peer.***

**Recebido:** 06/01/2021

***Received:*** 06/01/2021

**Revisado:** 05/03/2021

***Reviewed:*** 05/03/2021

**Aprovado:** 31/03/2021

***Approved:*** 31/03/2021

**DOI:** 10.46696/issn1983-2354.raa.2021v14n38.dossieartefatos2020.p47-63

## 1. INTRODUÇÃO

Ao definirmos quais narrativas e símbolos nos representam enquanto sociedade, escolhemos quais elementos da nossa história e da nossa memória iremos exaltar ou invisibilizar. Porém, hierarquizações e imposições de valores culturais de uns grupos sobre outros podem afetar negativamente esse processo. Nesse sentido, a seleção de elementos enquanto patrimônios culturais de uma sociedade é um bom termômetro para vermos se as narrativas sobre um local contemplam os diversos grupos sociais ou demonstram a hegemonia de grupos dominantes.

No Brasil, diversos fatores históricos influenciaram a forma como nossa história tem sido oficialmente contada, abarcando a seleção dos elementos considerados patrimônios culturais nacionais. A partir das práticas de hierarquização de valores culturais e morais, herdadas dos nossos colonizadores europeus (incluindo os pertencentes a ordens religiosas), foram gerados apagamentos diversos da cultura dos negros escravizados: relativos tanto à bagagem sociocultural que trouxeram de seu continente de origem, quanto às contribuições que estes grupos geraram para a construção do nosso país.

Essas práticas têm sido, por muitos anos, institucionalizadas em ambientes acadêmicos e em órgãos oficiais de preservação, a partir da valorização e da perpetuação de narrativas e símbolos que traduzem valorações de base majoritariamente eurocêntrica e norte-americana, em detrimento de um maior reconhecimento da riqueza do nosso legado afro-brasileiro. E como consequência desse processo, houve uma sub-representatividade da cultura negra dentre os elementos considerados patrimônios nacionais brasileiros.

Embora tenha havido progressos nesse sentido – sobretudo a partir do aumento da produção de pesquisadores e de militantes na temática negra do Brasil –, ainda há muitos estudos a serem feitos para contribuir na revisão das práticas de valoração cultural brasileiras. E, nesse sentido, convém destacar um ensinamento popular africano: “nunca é tarde para voltar e apanhar o que ficou para trás”<sup>3</sup>.

Com isso, este artigo objetiva ampliar o debate sobre necessárias visibilidades em relação às contribuições dos povos africanos no Brasil. Apresenta, como recorte de investigação e provocação, a busca por evidências da incidência de símbolos africanos denominados adinkras em partes componentes de construções brasileiras.

---

<sup>3</sup> Esse provérbio africano, que se apresenta de modo oral e escrito (símbolo), é um dos vários outros que se disseminaram pelo continente americano devido à diáspora forçada, e que continuam transmitindo sabedorias desses povos (DRAVET; OLIVEIRA, 2017); apesar das invisibilizações sofridas por essa cultura.

Para tal, utilizamos pesquisas bibliográficas e investigações fotográficas (esta última realizada tanto em livros e artigos quanto em *sites* de imagens). Com base nesses recursos pudemos elaborar um referencial teórico que deu suporte às discussões levantadas, assim como foi possível realizar algumas aproximações/pistas sobre possíveis vestígios culturais africanos em construções brasileiras.

Partindo do debate sobre colonialismo, colonialidade e apagamentos africanos, adotamos uma perspectiva decolonial para afirmar outras Áfricas possíveis e que merecem aprofundamento investigativo. O trabalho culmina na apresentação de elementos presentes na arquitetura brasileira (em especial grades de ferro, esquadrias e pisos) que entendemos como pistas adinkras, sendo o artigo arrematado com apontamentos que consubstanciam a análise apresentada.

## 2. DESENVOLVIMENTO

### 2.1 APAGAMENTOS DA COLONIALIDADE X ÁFRICAS A (RE)CONHECERMOS

Para o sociólogo e teórico político peruano Aníbal Quijano (2010), os conceitos de colonialidade e colonialismo fazem parte de um projeto de poder eurocêntrico que historicamente alimentou o estigma de uma África animalizada e, portanto, inferior, numa tentativa de justificar o horror da escravidão e a subalternização socioeconômica de negros e negras. Contudo, há diferenças entre estes conceitos: enquanto o colonialismo se refere ao domínio objetivo de um povo/cultura sobre outro povo/cultura, a colonialidade transcende essa dimensão objetiva da dominação, e teria perdurado mesmo após o fim do colonialismo histórico.

A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista. Sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjectivos, da existência social cotidiana e da escala societal. (QUIJANO, 2010, p.74).

A socióloga argentina María Lugones também debate a modernidade colonial e os impactos decorrentes das dicotomias hierárquicas que ela gerou. Embora seu texto foque o tema sob a ótica de gênero, a autora destaca como as dicotomias geradas pelo homem colonizador ocidental agiam em seu favor:

Essa distinção tornou-se a marca do humano e a marca da civilização. Só os civilizados são homens ou mulheres. Os povos indígenas das Américas e os/as africanos/as escravizados/as eram classificados/as como espécies não humanas – como animais, incontrolavelmente sexuais e selvagens. O homem europeu, burguês, colonial moderno tornou-se um sujeito/agente, apto a decidir, para a vida pública e o governo, um ser de civilização, heterossexual, cristão, um ser de mente e razão. (LUGONES, 2014, p. 936).

A visão de superioridade do branco colonizador (e das suas ordens religiosas) em relação aos povos indígenas e africanos impôs, brutalmente, valores religiosos e morais eurocêntricos aos grupos sociais subalternizados. Assim, a escravidão não apenas marcou expressivamente os contornos da sociedade colonial, mas ainda hoje apresenta reflexos em nossas vidas, por meio das relações raciais, desigualdades sociais e culturais (AMIM; REIS, 2020).

Para Kilomba (2019) os conceitos de conhecimento, erudição e ciência estão intrinsecamente ligados ao poder e à autoridade racial. Em seu livro “Memórias de plantação”, ao discutir o epistemicídio<sup>4</sup> acadêmico de sujeitos negros, a autora nos lança questões perturbadoras:

Qual conhecimento está sendo reconhecido como tal? E qual conhecimento não o é? Qual conhecimento têm feito parte das agendas acadêmicas? E qual conhecimento não? De quem é esse conhecimento? Quem é reconhecida/o como alguém que possui conhecimento? E quem não o é? Quem pode ensinar conhecimento? E quem não pode? Quem está no centro? E quem permanece fora, nas margens? (KILOMBA, 2019, p. 50).

Efetuando um paralelo desse poder com a memória, se substituirmos, no texto de Kilomba, a palavra “conhecimento” pela palavra “patrimônio”, quais respostas teríamos? Os bens protegidos pelo Estado são suficientes para demonstrar toda a pluralidade das diversas Áfricas importadas pelo nosso país?

A realidade é que a colonialidade gerou, no Brasil, a valorização de obras que demonstravam influências europeias e norte-americanas, ou versões brasileiras de adaptações dessas fontes de inspiração. (OLIVEIRA; AMARAL, 2015). Por outro lado, houve diversos apagamentos de elementos relativos à cultura africana. São exemplos, respectivamente, de ambas situações: a valorização da arquitetura e da escultura barrocas, em Minas Gerais; a apreensão, pela Polícia Federal, da chamada “Coleção Magia Negra, em razão de intolerância religiosa existente no país (ALVES, 2019).

É importante salientar que o eurocentrismo no qual pautamos nossa crítica é definido como uma forma de leitura do mundo a partir da noção de colonialidade, não sendo esta prática restrita dos europeus. De acordo com Quijano (2010), é uma prática de todos aqueles educados sob esse poder; portanto, essa forma de ler e interpretar é também praticada por outros povos. E é por isso que, aqui, entendemos que o povo brasileiro ainda atua dessa maneira.

Mas a visão eurocêntrica tem sido confrontada por meio da atuação de movimentos negros (incluindo grupos de pesquisadores) que têm buscado reformulações conceituais para enfrentar essas questões enquanto lutas sociais

---

<sup>4</sup> Conceito desenvolvido pelo sociólogo Boaventura de Sousa Santos e, no Brasil, difundido especialmente através da tese de doutorado de Sueli Carneiro, intitulada “A construção do outro como não-ser como fundamento do ser”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo (USP), em 2005.

(CUNHA JÚNIOR, 2012). As pesquisas têm incorporado especificidades de base africana ou interculturais, abrindo espaço para interpretações pluriculturais, uma vez que o continente africano é ricamente diverso.

De acordo com Souza (2018), pode-se afirmar que Áfricas são processos contínuos e fluídos de experiências, percepções e culturas. A autora entende que a África, em sua diáspora, pôde protagonizar a vida, engendrar histórias e transformar seu meio ambiente. Ainda segundo ela, mesmo antes do início do tráfico de mão de obra escravizada pelos europeus, os povos africanos já cruzavam os mares e difundiam sua cultura e tradições. Acrescentamos, aqui, que esses povos também compartilharam, através de sua diáspora, suas tecnologias e ciências. Dito isto, cabe pensar quais Áfricas temos a (re)conhecer em nosso território.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), órgão responsável pela identificação e gestão dos bens culturais brasileiros, foi bastante criticado porque, em suas primeiras décadas de atuação, protegeu um patrimônio majoritariamente “branco, católico e europeu” (OLIVEIRA; AMARAL, 2015). Contudo, como novas maneiras de ler e interpretar as contribuições africanas e afro-brasileiras em nossa cultura têm alcançado diversas áreas, o IPHAN passou a incluir bens representativos destes grupos étnicos em seu rol de patrimônios nacionais. A exemplo, o tombamento do Terreiro da Casa Branca do Engenho Velho, ainda em 1985, foi considerado um marco inicial desse processo. Posteriormente, o órgão passou a abarcar outros bens materiais (outros templos afro-brasileiros<sup>5</sup> e elementos memoriais<sup>6</sup>) e imateriais (como rodas de samba e de capoeira, jongo, entre outras manifestações<sup>7</sup>).

Ainda há um longo caminho a ser percorrido para que essas intenções de visibilidades à cultura africana no Brasil tenham a devida consolidação. E, para isso, nos cabe apontar tópicos a reformular, ampliar. Por exemplo, para além da seleção de bens representativos dessa cultura, é válido um aprofundamento nas teorias e práticas culturais africanas de gestão e conservação de suas construções, uma vez que se distinguem do modelo europeu, ensinado nas escolas de Arquitetura<sup>8</sup>.

Porém, para seguir avançando, aqui está sendo proposta uma reflexão específica, voltada para as práticas de investigação e de atribuição de valor

5 Sobre isso, ver: <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/977/iphan-lanca-livro-sobre-tombamento-de-templos-afro-brasileiros>>.

6 Como o Parque Memorial Quilombo dos Palmares e Sítio Arqueológico do Cais do Valongo.

7 No portal do IPHAN foi lançada matéria sobre o Dia da Consciência Negra, onde são listadas diversas ações do órgão nesse sentido. Ver: <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/4446/o-dia-da-consciencia-negra-e-o-reconhecimento-do-patrimonio>>.

8 Enquanto algumas culturas ocidentais tendem a uma valorização da originalidade material dos bens culturais, povos de países africanos fazem constantes substituições dos materiais construtivos das edificações de valor cultural em seu país, uma vez que geralmente adotam materiais frágeis, menos duráveis. (OLIVEIRA, 2019).

relativas a edificações antigas: estamos incluindo, nessas ações, análises de técnicas construtivas e de padrões de organização espacial que podemos ter herdado dos povos africanos? E, de modo mais aprofundado, nossos estudos têm sido capazes de avaliar se há simbologias, de origem africana, que tenham ficado camufladas em elementos agregados a nossas construções?

## 2.2 INVESTIGANDO SÍMBOLOS ADINKRAS NA ARQUITETURA

53

Entre os séculos XVI e meados do XIX, cerca de 4 milhões de homens, mulheres e crianças (o equivalente a mais de um terço de todo comércio negreiro)<sup>9</sup> foram escravizados e trazidos para o Brasil (IBGE, 2007). Muitos deles eram membros da realeza, herdeiros de tronos ou figuras centrais em disputas políticas em suas terras natais, mas foram vendidos como escravos por seus inimigos. (DZIDZIENYO, 2008).

De acordo com Dzizienyo (2008), muitos foram os territórios de origem dos negros escravizados, embora grande parte tenha vindo da África Ocidental. Ao serem forçadamente trazidas ao Brasil, essas pessoas não tiveram apenas seus corpos transportados, mas trouxeram consigo suas cosmovisões, tão múltiplas quanto suas origens étnicas.

Embora sejam conhecidos os apagamentos culturais que estes povos têm sofrido desde que chegaram aqui (PENHA *et al*, 2018), entendemos que esses homens e mulheres não se adaptaram à cultura local sem resistir ou sem buscar estratégias para proteger suas culturas e tradições. De acordo com Penha *et al* (2018), esses sujeitos buscavam se reterritorializar, e, para isso, evocavam a memória de suas referências culturais. Por isso, acreditamos que a arquitetura (incluindo seus elementos integrados) foi uma das áreas que puderam, de alguma maneira, ser abrigo para essas referências.

Para Silva e Dias (2020), negros e negras trazidos ao Brasil pelo processo escravista teriam contribuído, apesar dos poucos estudos sobre esta questão, com as tecnologias africanas e afrodescendentes em diversos campos do conhecimento, como História, Estudos Sociais de ciência e tecnologia, Medicina, Etnobotânica, Arquitetura, Matemática e outros. Ainda segundo os autores, muitos destes povos foram perseguidos, inclusive com base nas tecnologias que dominavam. De acordo com Silva e Dias (2020), apoiados em trabalhos de outros autores<sup>10</sup>, as contribuições na arquitetura se evidenciariam na presença

---

<sup>9</sup> Segundo o portal *Slave Voyages* (<<https://www.slavevoyages.org/>>), nesse mesmo período, 3.169.124 escravizados desembarcaram no Brasil, correspondendo a 36,4% do total global (8.706.771).

<sup>10</sup> Para mais informações, ver: “CUNHA JÚNIOR, H. **Tecnologia africana na formação do povo brasileiro**. CEAP, 2010” e “FARIA, J. P. R. **Influência africana na arquitetura de terra de Minas Gerais**. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais]. Repositório Institucional da UFMG, 2011”.

de conhecimentos africanos nas construções coloniais e imperiais, principalmente pelo uso do pau-a-pique, pilão de taipa e cantaria.

Tecendo outras investigações a esse respeito, chamam atenção informações de Campos (2009). A maioria dos africanos escravizados que foram enviados para o Rio de Janeiro pertencia ao grupo linguístico Bantu, cuja localização atual corresponde a países como Congo, República Democrática do Congo (antigo Zaire), Angola e Moçambique. Eles trouxeram consigo contribuições importantes, como suas tecnologias voltadas para a fabricação de cerâmica e para a fundição de ferro, sendo esta última considerada de qualidade superior à da Europa, na época (CAMPOS, 2009).

Esses escravos africanos pertenciam a grupos que tinham conhecimentos técnicos avançados, pois faziam parte de uma cultura de especialistas. Entre esses grupos, os Bantus eram conhecidos como "o povo que detinha o segredo da metalurgia", exímios metalurgistas, que conheciam e controlavam a temperatura do forno e a composição do material para a fundição. Através do estudo da arqueometalurgia, pode-se constatar a sofisticação dessa tecnologia de fundidores usada na confecção desses metais, considerados superiores à indústria europeia da época. (CAMPOS, 2009, p.1).

Considerando que muitos negros, no Brasil, assumiram ofícios como os de ferreiros, entende-se que não apenas essa habilidade metalúrgica tenha sido incorporada à arquitetura (por exemplo, por meio dos gradis e portões de ferro que compunham as edificações), mas que ela tenha abarcado, em si, simbologias ocultas da cultura negra.

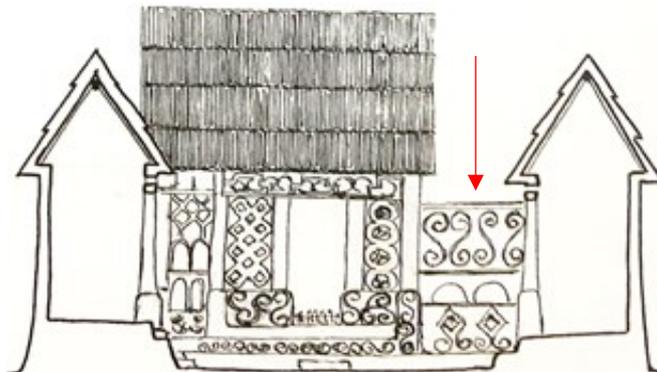
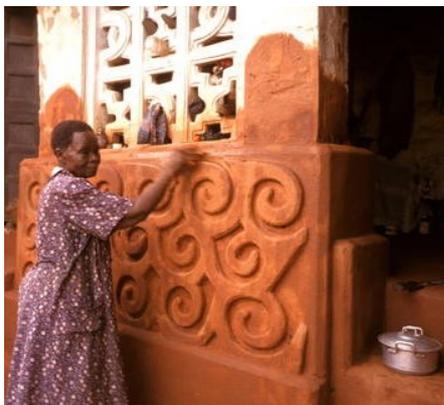
A simbologia adinkra é um entre os diversos sistemas de escrita dos povos africanos antigos, a exemplo dos conhecidos hieróglifos egípcios. É constituída por um conjunto de símbolos iconográficos de valor cultural, cujos significados são imateriais, abstratos e filosóficos. O ideograma *sankofa*, por exemplo, significa "voltar e apanhar de novo aquilo que ficou para trás", num sentido de aprender com o passado (com as próprias raízes) e, a partir dele, construir o próprio desenvolvimento (NASCIMENTO, 2008).

Essa simbologia está relacionada aos povos Akan, um grupo étnico que inclui a tribo Asante e outras. Os Akan habitavam a África Ocidental e hoje estão situados em Gana. Mas de acordo registros de Nascimento (2008), com base na história oral, o sistema dos adinkras teria origem a partir de uma guerra entre o rei dos Asante e Kofi Adinkra, rei de Gyaaman (região da Costa do Marfim). Os Asante teriam vencido a guerra e dominado a arte dos adinkra, ampliando o território onde esse ideograma foi aplicado.

Embora seja mais comum encontrar usos de adinkras em roupas<sup>11</sup>, em cerâmica e em peças fundidas em ouro (NASCIMENTO, 2008), na arquitetura também há registros desses símbolos: a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) inseriu edifícios tradicionais Asante na Lista do Patrimônio Mundial, por serem os últimos testemunhos remanescentes desta civilização, que fora um rica e poderosa do final do século XVIII ao final do século XIX.

Dispostos em torno de pátios, os edifícios são construídos com madeira, bambu e gesso de lama e originalmente tinham telhados de palha. Os baixos-relevos decorativos únicos que adornam as paredes são arrojados e retratam uma grande variedade de motivos. As formas comuns incluem detalhes em espiral e arabescos com representações de animais, pássaros e plantas, ligados aos símbolos tradicionais “Adinkra”. Tal como acontece com outras formas de arte tradicionais dos Asante, estes desenhos não são apenas ornamentais, mas também têm significados simbólicos, associados às ideias e crenças do povo Asante, e foram transmitidos de geração em geração. (UNESCO, s/d).

**Figuras 1 e 2:** adinkras aplicados na arquitetura Asante: à esquerda, edificação tradicional com elementos vazados (cor branca) e em alto-relevo (cor de terra); à direita, representação (em corte) do santuário de Baviviasi. Na figura 2, destaque (em seta vermelha) para o desenho de *sankofas*.



**Fontes:** figura 1 - UNESCO (s/d); figura 2 – (WEIMER, 2014, p. 46), com edição das autoras (2020).

Embora o autor brasileiro Günter Weimer (2014) – que analisa influências africanas na arquitetura brasileira – não tenha destacado essa informação em sua análise, no seu croqui da arquitetura Asante (figura 2) é notória a existência de adinkras integrados à construção. Destacamos, na seta em vermelho, o

<sup>11</sup> De acordo com Nascimento (2008), adinkra significa “adeus”, uma vez que a tradição era que estes símbolos aparecessem nas roupas que as pessoas usavam em ocasiões fúnebres ou em homenagens.

adinkra *sankofa*, um dos mais conhecidos e abordados adinkras em estudos brasileiros sobre essa simbologia africana.

Alguns pesquisadores têm buscado identificar essa simbologia africana em construções brasileiras (SOUZA, 2018; CERQUEIRA, 2016; MOREIRA; LOPES, 2017), e a *sankofa* (como também a *sankofa dua*) é o adinkra mais apontado em gradis e portões de ferro. Mas também foram encontrados alguns poucos registros de calçadas com símbolos que remetem à simbologia adinkra.

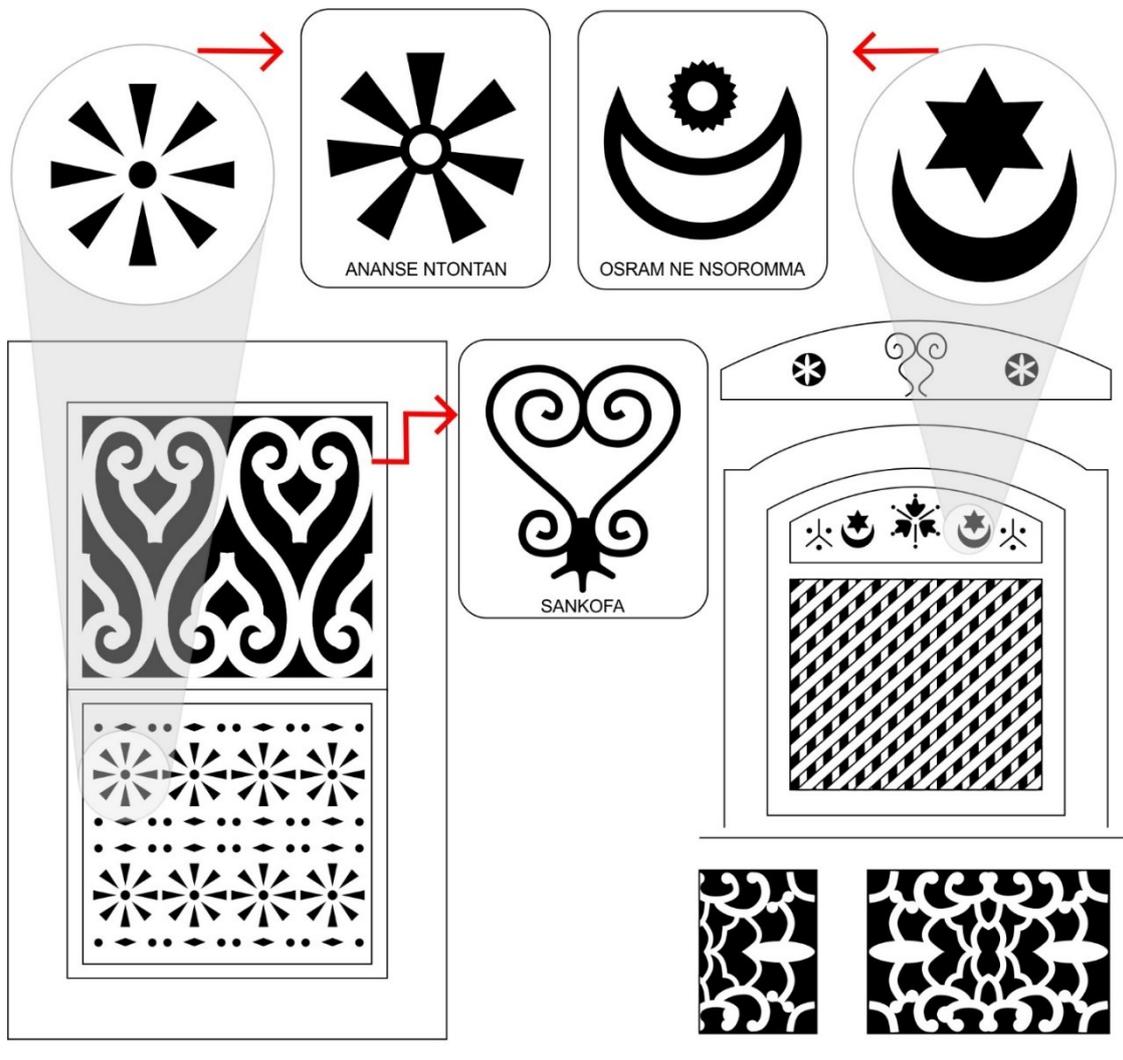
**Figuras 3 e 4:** exemplos de pisos com símbolos adinkras. À esquerda, em Campo Grande, Salvador (BA) - foto de novembro de 2012; à direita, Praça do Patriarca, São Paulo (SP)



**Fonte:** Martins (2015, pp. 42-43.).

Para contribuir com as pesquisas no campo, optamos por observar não apenas elementos ainda existentes, mas aqueles que foram representados e podem não mais existir. José Wasth Rodrigues (1979) elaborou um catálogo rico contendo elementos atrelados à arquitetura brasileira. Com base no seu livro, realizamos algumas comparações de detalhes presentes nas esquadrias por ele registradas, e vimos clara relação com símbolos adinkras, conforme pode ser visto nas imagens a seguir.

**Figura 5:** Pistas de adinkras em esquadrias de Ouro Preto, desenhadas por José Rodrigues



**Fonte:** Arte de Rebeca Oliveira (2020), a partir de registros de esquadrias de Rodrigues (1979, pp. 47) e de adinkras <sup>12</sup>

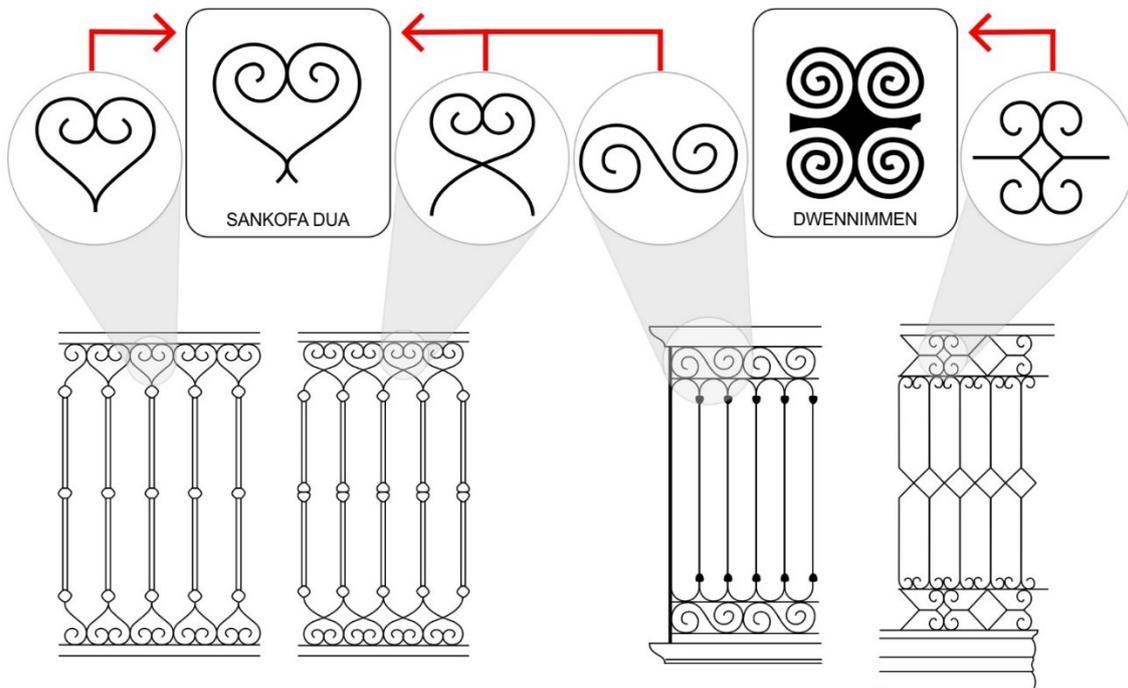
Contudo, existem diferenças sutis a serem observadas: o adinkra *osram ne nsoromma* é constituído por uma lua e uma estrela, mas os formatos das estrelas diferem minimamente entre o adinkra e o desenho presente na esquadria registrada por Rodrigues (1979) – ver ampliação à direita deste adinkra; o adinkra *ananse ntontan* apresenta apenas sete hastes que partem do centro, enquanto que o desenho da esquadria (RODRIGUES, 1979) possui oito (ver ampliação à esquerda deste adinkra). Ainda assim, são pistas válidas a aprofundar.

<sup>12</sup><[https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/1/14/Gyaman\\_Adinkra\\_Symbols.jpg/953px-Gyaman\\_Adinkra\\_Symbols.jpg](https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/1/14/Gyaman_Adinkra_Symbols.jpg/953px-Gyaman_Adinkra_Symbols.jpg)>).

Ao descrever grades de ferro forjado, José Rodrigues afirmou que elas passaram a ser usadas em sacadas, anteportas e gradis a partir do fim do século XVIII, substituindo elementos anteriores, em estilo português. Entre os modelos encontrados nas cidades onde fez registros, segundo ele, vários podiam ser vistos em Portugal e no norte da África.

A seguir vemos alguns dos modelos desenhados por Rodrigues (1979) e que podem ser encontrados em diversas localidades do Brasil. Através de redesenhos feitos a partir das ilustrações deste autor, foram geradas ampliações dos adornos de gradis. Assim, foi possível realizar uma comparação entre os desenhos dos adinkras e aqueles presentes em gradis de cidades brasileiras. As ampliações assemelham-se, conforme apresentado na figura 6, aos adinkras *sankofa dua* (também poderia ser uma variação horizontal da *sankofa*) e *dwennimmen*.

**Figura 6:** Pistas de adinkras em gradis do Rio de Janeiro (RJ) e Ouro Preto (MG), desenhados por José Rodrigues



**Fonte:** Arte de Rebeca Oliveira (2020), a partir de desenhos de Rodrigues (1979, pp. 229) e de adinkras<sup>13</sup>

### 2.3 NOTAS ADICIONAIS SOBRE A INVESTIGAÇÃO

Para quem estuda a historiografia da arquitetura, é compreensível a associação da *sankofa*, ou mesmo da forma similar à *sankofa dua* (representadas nas figuras

<sup>13</sup><[https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/1/14/Gyaman\\_Adinkra\\_Symbols.jpg/953px-Gyaman\\_Adinkra\\_Symbols.jpg](https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/1/14/Gyaman_Adinkra_Symbols.jpg/953px-Gyaman_Adinkra_Symbols.jpg)>).

5 e 6) com as volutas amplamente empregadas em edificações europeias. E, nesse sentido, caberia o questionamento: esses elementos espirais em ferro teriam vindo da simbologia africana ou seriam resquícios da Antiguidade Clássica, período ao qual se remonta a origem das volutas na parte superior das colunas classificadas como jônicas? Para contribuir com a reflexão, algumas colocações merecem ser adicionadas aqui.

Embora seja comum o entendimento de que as volutas teriam sido criadas na Antiguidade Clássica, não há consenso sobre onde elas teriam surgido, ou mesmo sobre o que elas significam (semanticamente).

O arquiteto historiador Newcomb (1921) indica que estudiosos analisam as volutas, basicamente, sob duas teorias: a espiral seria inspirada na natureza (ou seja, biomórfica); ou teria uma origem tecnomórfica, ou seja, inspirada na técnica. Em seu estudo, tanto apresenta indícios que ambas as teorias têm valia, como questiona a inadequação na busca por saber onde ela surgiu primeiro. Em verdade, diz que as volutas foram encontradas nos três primeiros centros de cultura, no que diz respeito à civilização clássica (no Egito, na Assíria e na área do Egeu), e que havia uma clara ligação entre as civilizações.

Em publicação mais recente, a arquiteta búlgara Dobrina Zheleva-Martins (2003) trouxe informações sobre o tema ao analisar as origens semânticas dos capitéis jônicos<sup>14</sup>. Diversos são os elementos possíveis de serem associados a essa forma espiralada: vegetais (como folhas curvadas), animais (como chifres), marítimas (como ondas) e relativas à figura feminina (como cachos de cabelos).

Sobre esta última referência, vale destacar a obra do arquiteto romano Vitruvius, que elaborou exaustivo estudo sobre as edificações da Antiguidade greco-romana. Na sua obra foi apresentada uma das mais conhecidas teorias sobre o significado da voluta: estando a voluta na parte superior da coluna (ou seja, na “cabeça”), e havendo uma alusão das colunas jônicas às proporções dos corpos femininos, as volutas seriam, então, os cachos dos cabelos dessas mulheres (ZHELEVA-MARTINS, 2003).

Zheleva-Martins (2003), de modo similar a Newcomb (1921), mostra incidências de volutas no Egito. Ela aponta, por exemplo, que em colunas “hathorianas”<sup>15</sup> as espirais compunham o cabelo da cabeça de uma deusa; e em outras colunas (na forma de papiro, lótus ou palma), compunham uma alusão à árvore da vida. Mas a arquiteta mostrou localidades, ainda mais longínquas, onde houve incidência desses elementos espirais. Chama atenção, por exemplo, o símbolo de duas volutas semelhante a um capitel, presente nos monumentos medievais

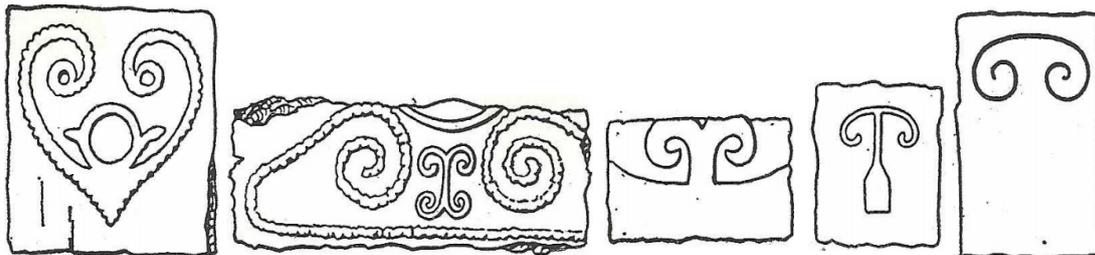
---

<sup>14</sup> Capitel é um elemento componente da coluna, que fica em sua parte superior. A classificação “jônico” refere-se a uma das tipologias construtivas existentes na Grécia, e tem como uma das suas características o uso de volutas.

<sup>15</sup> Ver: SALES, José Das Candeias. As colunas egípcias. **Hapi. Revista da Associação Cultural de Amizade Portugal-Egípto**. N. 2, 2014. Pp-107-131. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/319645127\\_As\\_colunas\\_egipcias](https://www.researchgate.net/publication/319645127_As_colunas_egipcias) >. Acesso em: 22 nov. 2020.

no Daguestão (ver figura 7), Chechênia-Inguchétia, Ossétia do Norte. Segundo a autora, não haveria como ser uma imitação do capitel jônico porque essas marcas já eram conhecidas muito antes do aparecimento deste capitel na Grécia Antiga.

**Figura 7:** Símbolos presentes em artigos de pedra no Daguestão, anteriores ao aparecimento do capitel jônico da Grécia antiga, e com formatos similares aos dos adinkras africanos.



Fonte: Zheleva-Martins (2003, p. 15).

Em síntese, percebe-se que a semelhança, em forma, do desenho da *sankofa* com as volutas europeias não impede a possibilidade de sua associação ao sistema cultural e semântico africano. Em verdade, o que se faz necessário é verificar quem elaborou as formas e quais os sistemas simbólicos aos quais ficou submetido.

Nesse sentido, convém ainda destacar a figura de Thomas Day, negro livre, norte-americano, que foi artesão de móveis e produziu, em 1841, uma conhecida estante de secretária. Nela foi inserida, em duas portas envidraçadas, a *sankofa*, como é possível confirmar no Catálogo de leilão em Louisiana (NEAL, 2010). Cabe destacar que, nesse mesmo documento, é indicado que esse móvel integrou diversas exposições, sendo explicitamente associado ao símbolo adinkra.

### 3. CONCLUSÃO

Embora reconheçamos as limitações da pesquisa, uma vez que intenciona apenas aproximações iniciais, entendemos que se mostrou satisfatória ao atender o objetivo ao qual se propôs: mostrar pistas sobre a simbologia adinkra na arquitetura brasileira. A partir das constatações feitas, é desejável que sejam realizados estudos futuros para aprofundamentos. A exemplo: mapear os deslocamentos das diversas etnias africanas pelo Brasil, e, a partir da definição ou aproximação das territorializações por elas construídas, realizar pesquisas *in loco* para tentar verificar indícios de elementos da cultura negra, mas nas suas especificidades.

É preciso, no entanto, uma mudança de parâmetros de pesquisa e análise. Sabe-se que a oralidade possui grande força na cultura africana. Então, é desejável que esses canais sejam estimulados para o aumento das fontes de pesquisa.

Não é nosso objetivo fazer afirmações conclusivas sobre os estudos realizados. Mas é esperado, a partir deste trabalho, que não apenas sensibilizemos o olhar para esses possíveis vestígios que integram nossas construções, mas que, com isso, contribuamos para o fortalecimento da diversidade da nossa identidade. Se esse tipo de movimento gerar um repensar do patrimônio através de um viés decolonial, estaremos mais próximos de dar o reconhecimento cabível às diversas contribuições que recebemos dos povos africanos, e que merecem ser vistas como legado cultural brasileiro. Afinal, como diz Grada Kilomba (2019): é urgente descolonizar o pensamento.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Luiz G. A situação da “coleção magia negra” e o cenário dos processos de restituição de objetos. In: 30º Simpósio Nacional de História. **Anais...** Recife: APUH-BRASIL, 2019. Disponível em:

<[https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1565059462\\_ARQUIVO\\_trabalho\\_ANPUH.pdf](https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1565059462_ARQUIVO_trabalho_ANPUH.pdf)>. Acesso em: 13 set. 2020

AMIM, Valéria. REIS, Lismar Lucas Santos dos. Resistências, conflitos e costumes na Bahia escravista, sob o olhar da história social. **Sankofa. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana**. Ano XIII, Nº XXIII, abr. 2020.

CAMPOS, Guadalupe do N. **Transferência de tecnologia para o Brasil por escravos africanos**. Instituto de Arqueologia Brasileira – IAB, 2009. Disponível em: <<http://www.arqueologia-iab.com.br/publications/download/14>>. Acesso em: 13 set. 2020.

CUNHA JÚNIOR, Henrique A. Quilombo: patrimônio histórico e cultural. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 129, ano XI, fev. 2012. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/viewFile/14999/8667>>. Acesso em: 30 set. 2020.

CERQUEIRA, Jéssica. Memórias da África em ferro: A mensagem subliminar esculpida em antigos portões. In: **Todos Negros do Mundo** [Portal da Internet]. 21 mai. 2016. Disponível em: <<https://todosnegrosdomundo.com.br/memorias-da-africa-em-ferro-a-mensagem-subliminar-esculpida-em-antigos-portoes/>>. Acesso em: 13 set. 2020.

DRAVET; Florence M.; OLIVEIRA, Alan S. de. Relações entre oralidade e escrita na comunicação: Sankofa, um provérbio africano. **Miscelânea**, v. 21, p. 11-30, jan.- jun. 2017. Pp. 11-30.

DZIDZIENYO, Anani. África e diáspora: lentes contemporâneas, vistas brasileiras e afro-brasileiras. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.) **A matriz africana no mundo**. São Paulo: Selo Negro, 2008. Pp. 205-232.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Brasil: 500 anos de povoamento**, Centro de Documentação e Disseminação de Informações. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. 232 p.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**. V. 22, n. 3. Florianópolis. set.-dez., 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755>>. Acesso em: 30 set. 2020.

MARTINS, Erenay. **Espaçotempo & Ancestralidade de matriz africana em terras caboclas**. (dissertação). Programa de Pós-Graduação em Educação - Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/83747029-Espacotempo-ancestralidade-de-matriz-africana-em-terras-caboclas.html>>. Acesso em: 30 set. 2020.

MOREIRA, Eduardo F. R.; LOPES, José A. V. Resistência africana na arquitetura maranhense: os gradis de ferro nas varandas da arquitetura luso-brasileira. **Revista Científica do CEDS**, n. 6, jan-jul 2017.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. Sankofa: significado e intenções. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.) **A matriz africana no mundo**. São Paulo: Selo Negro, 2008. P. 29.

NEAL. **Lousiana Purchase Auction: November 20 & 21, 2010**. (catálogo online). Neal Auction; Issu [Portal da Internet], 3 nov., 2010. Disponível em: <<https://issuu.com/nealauktion/docs/nealauktioncatalognov2010/100>>. Acesso em: 22 nov. 2020.

NEWCOMB, Rexford. The Volute in Architecture and Architectural decoration. **University of Illinois Bulletin**. (Architectural series, bulletin n. 121), v. XVIII, n. 30, Urbana: University of Illinois, 28 mar. 1921

OLIVEIRA, Fernanda Rocha de. Autenticidade para que(m)? O caso do Porto do Capim. **ANAIS DO 3º SIMPÓSIO CIENTÍFICO DO ICOMOS BRASIL**. Belo Horizonte/MG, 08 a 10 de maio, 2019. Disponível em: <[https://www.academia.edu/41049013/AUTENTICIDADE\\_PARA\\_QUE\\_M\\_O\\_caso\\_do\\_Porto\\_do\\_Capim\\_O\\_caso\\_do\\_Porto\\_do\\_Capim](https://www.academia.edu/41049013/AUTENTICIDADE_PARA_QUE_M_O_caso_do_Porto_do_Capim_O_caso_do_Porto_do_Capim)>. Acesso em: 13 set. 2020.

\_\_\_\_\_.; AMARAL, João. Referências Culturais e Patrimônio Cultural: precedentes, práticas e perspectivas para a diversidade. **Revista ODC Observatório da Diversidade Cultural**, v. 2, n. 1, 2015. Disponível em: <<http://observatoriodadiversidade.org.br/revista/revista-odc-volume-2-no-01-2015/>>. Acesso em: 01 nov. 2015.

PENHA, Maria Estela Rocha Ramos et al. Arquitetura de terra e diferentes maneiras de construir In: **ANAIS do 7º Congresso de Arquitetura e Construção com Terra no Brasil**. Rio de Janeiro: TerraBrasil/UFRJ, 2018. [recurso eletrônico]

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Org.). **Epistemologias do sul**. Coimbra: Almedina, 2010. p. 73-116.

RODRIGUES, José Wasth (1891-1957). **Documentário arquitetônico relativo à antiga construção civil no Brasil**. 3ª. Edição. (Reconquista do Brasil; Nova série; v. 1). Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1979.

SILVA, Lucas C. R. da; DIAS, Rafael de B. As tecnologias derivadas da matriz africana no Brasil: um estudo exploratório. **Linhas Críticas**, v. 26, 2020. Pp.1-16. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/28089/>>. Acesso em: 01 nov. 2020.

SOUZA, Tatiane Pereira de. **Permanências africanas no congado brasileiro**. 2018. Tese – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras. Araraquara, 2018.

UNESCO. **Asante Traditional Buildings**. In: Unesco [portal da internet], s/d. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/list/35/>>. Acesso em: 30 set. 2020.

WEIMER, Günter. **Inter-relações afro-brasileiras na arquitetura**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

ZHELEVA-MARTINS, Dobrina. **Semantics of the Ionic Capital**. In: *THRACIAXV In honour of Alexander Fol's 70th anniversary*. Sofia: Bulgarian Academy of Sciences; Institute of Thracology; Tangra TanNakRa Publishing House, 2003, pp 463-478.